

ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E A DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO NA EDUCAÇÃO

AFRO-BRAZILIAN HISTORY AND CULTURE TEACHING AND THE DECONSTRUCTION OF RACISM IN EDUCATION

*Laleska Vitória Cabral*¹
*Dra. Maria Valéria Barbosa*²

RESUMO: A lei 10.639/03 foi implantada a partir de intensa mobilização dos movimentos negros no decorrer de muitos anos de luta, colocou como obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em escolas públicas e particulares do Ensino Fundamental ao Médio. Sendo a educação um suporte social e político para a sociedade. Cabe indagar: de que modo a educação se faz contribuinte para a desconstrução do racismo na sociedade? Para o desenvolvimento da proposta foi realizada uma pesquisa qualitativa bibliográfica, com abordagens relacionadas a instituição da lei 10.639/03 com base nas responsabilidades da educação e dos professores. Foi realizado um estudo de campo com uma turma de quinto ano, de uma escola de Ensino Fundamental I, para que possa ser verificado em aulas de história, o desenvolvimento da temática. Para obtenção dos resultados do trabalho, foram realizadas análises de desenhos dos alunos, questionários com professores e alunos e observações das práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. ensino de história e cultura afro-brasileira. lei 10.639/03.

ABSTRACT: The law 10.639/03 was implemented from the intense mobilization of the black movements in the course of many years of struggle, made compulsory the teaching of Afro-Brazilian history and culture in public and private schools from elementary to middle schools. Education being a social and political support for society. The question is: how does education contribute to the deconstruction of racism in society? For the development of proposal, a qualitative bibliographic research was carried out, with approaches related to the institution of law 10.639/03 based on the responsibilities of education and teachers. Was carried out with a fifth grade class from a primary school I, so that the history of the subject could be verified in history classes. To obtain the results of the work, analyzes of student drawings, questionnaires with teachers and students and observations of the practices were carried out.

KEYWORDS: Education. teaching of Afro-Brazilian history and culture. Law 10.639 / 03.

¹ Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília.

² Professora assistente doutora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília, nos cursos de Ciências Sociais e Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.



INTRODUÇÃO

A discussão sobre os enfrentamentos ao racismo, sobretudo no campo educacional, foi um dos objetivos da lei 10.639/03, que colocou como obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as escolas públicas e particulares da educação básica, resultado de um longo processo de luta empreendida pelos movimentos negros. Diante dos contextos vividos, os negros perceberam rapidamente que havia a necessidade de se criar técnicas sociais para melhorar a sua posição social e/ou obter mobilidade social vertical, visando superar as condições de excluídos ou miseráveis (SANTOS, 2005).

É perceptível que ainda estamos vivendo em um país racista, porém que oculta e camufla uma questão problemática, grave e que se torna presente na vida de muitas pessoas, a introdução da lei na educação básica teve como intenção alterar os conteúdos curriculares, ensinados no ambiente escolar.

Uma das importantes fontes para a concretização de um dos objetivos da lei, que é o combate ao racismo, esta mediada na figura responsável por levar até a educação essa concepção étnico-racial. Nessa perspectiva, o papel do professor é imprescindível, pois ele tem tanto a função de reproduzir, corromper ou mudar a realidade em que o aluno está inserido.

O trabalho visa investigar como a lei 10.639³ tem se refletido no cotidiano escolar em relação à educação étnico-racial e propõe apresentar respostas a respeito das contribuições da educação na desconstrução do racismo na sociedade.

Necessário considerar que uma lei não é capaz sozinha de realizar uma mobilização social que possa provir da educação e nem de assegurar que todos os profissionais estarão aptos e determinados a assumir essa função. E essa tem sido desde a elaboração da lei, uma das grandes dificuldades que permeiam a obrigatoriedade do ensino nas escolas.

A formação de professores tem uma significativa responsabilidade em formar um educador engajado no trabalho social e político, que tenha um conhecimento não apenas cronológico e superficial dos fatos e sim crítico e analítico dos grandes movimentos históricos. A formação é como um alicerce para a implementação da lei, a fim de que o professor possa visualizar a importância de uma prática diferenciada na sala de aula visando uma reeducação étnico-racial.

De modo geral as universidades acabam por serem as principais ou únicas responsáveis por delinear todo este processo, se o aluno vem a ser formado com uma visão acrítica das instituições e por uma ciência tecnicista e positivista, que não contempla outras formas de ação e reflexão, existe muita possibilidade que venha a se tornar um mediador inconsciente dos estereótipos, que podem estar inseridos principalmente nos livros didáticos (SILVA, 2005).

3 Ao referir à lei 10.639 de 2003 em que colocou como obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira é preciso ressaltar que ela foi alterada pela lei 11.645 em 2008, na qual realizou a inserção da história e cultura indígena na educação básica, porém com relação à temática da pesquisa será mencionada apenas a lei 10.639/03.

As motivações iniciais do trabalho ocorreram com base em observações de contextos de formação de professores e práticas educacionais do Ensino Fundamental I, na qual foi identificado equívocos relacionados, tanto com a obrigatoriedade da temática, como também quanto aos objetivos do parecer da lei. As observações foram decorrentes ao curso de Pedagogia e ao estágio na área, os contatos com a temática e a lei foram por meio de eventos e grupos de estudos da universidade.

São muitos autores que trabalham com o objetivo de propor bibliografia e suporte para práticas pedagógicas com a temática no ensino. Alguns são referenciais do presente trabalho, bem como MUNANGA, (1996; 2005; 2016), GOMES (2005; 2016), JÚNIOR (1996), AGARVE (2004) e SILVA (2005). Contudo, os estudos na área da Pedagogia não são frequentes.

Para o desenvolvimento da proposta foi realizada uma pesquisa qualitativa bibliográfica, com abordagens relacionadas a instituição da lei 10.639/03 com base nas responsabilidades da educação e dos professores.

O estudo documental da lei 10.639/03 relatada por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva foi utilizada como um parâmetro para o estudo de campo que foi realizado com uma turma de quinto ano, de uma escola de Ensino Fundamental I. Foi utilizado como instrumentos do trabalho: questionário com alunos e professores, observação das aulas e análises de desenhos dos alunos etapa I (após os questionários) e etapa II (após observação das aulas).

ESCOLA E PARTICIPANTES DO TRABALHO

O estudo de campo foi realizado com uma turma de quinto ano do Ensino Fundamental, em uma escola Municipal, localizada na zona sul, do município de Marília, no interior de São Paulo.

Para a escolha da escola foi necessário verificar o acompanhamento dos parâmetros curriculares⁴ do município, cuja proposta é instituir a temática ensino de história e cultura afro-brasileira em turmas de quinto ano do Ensino Funda-

⁴ Proposta dos Parâmetros do Município de Marília – SP para o segundo bimestre de uma turma de 5º ano: Os trabalhadores africanos escravizados no Brasil

- África: localização;
- África: diversidade étnica, cultural e social;
- Tráfico de trabalhadores africanos: As viagens e Tumbeiros
- Comércio e fixação: Modo de vida e Condições
- Resistência: Formas de resistência: Quilombos
- Fim da instituição da Escravidão;
- A consciência Negra e a luta contra o racismo;

(PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Proposta curricular para o 4º e 5º anos do ensino fundamental**, 2012.)

mental. A ideia foi priorizar a zona sul, por se tratar de bairros de classe socioeconômica baixa, tendo como base que há uma concentração significativamente mais elevada da população negra (MARCONDES, 2017).

A primeira escola aceitou receber as informações, contudo a resposta foi negativa e com a justificativa da inserção da temática em diversas disciplinas e não em uma disciplina de história, na qual impossibilitaria observação.

Sendo assim foi necessário uma nova busca, a qual se deu pela escola, onde foi realizado o trabalho, também, localizada na zona sul. Os gestores foram bem receptivos e confirmaram a utilização dos parâmetros municipais da prefeitura para suas atividades.

Com a escola definida foram realizados os procedimentos burocráticos, a qual primeiro foi receber uma autorização da Secretaria Municipal da Educação do município de Marília – SP. Para a escola do estudo de campo foi apresentado, a autorização da secretaria, uma carta da orientadora do trabalho, o projeto de pesquisa e os termos de consentimento para ser entregue aos pais dos alunos.

Antes da realização do estudo de campo foi enviado o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética, que o aprovou.

Com os gestores foi organizado uma data da semana e um horário para realização, os ajustes foi comunicado ao professor da sala pela equipe de gestão da escola, que também escolheu a turma, visto que eram duas turmas no período da tarde.

Fundada oficialmente em setembro do ano de 2000, e com ocupação anterior em salas cedidas de uma escola estadual, de localidade próxima, a escola do presente trabalho se caracteriza em sua maioria por uma comunidade de baixo poder aquisitivo e com certa vulnerabilidade em se tratando de políticas públicas sociais no campo educacional, cultural, de saúde e lazer, segundo o Projeto Político e Pedagógico disponibilizados pelos gestores.

O principal foco da escola é a garantia do direito à educação da população (público alvo) do entorno escolar na modalidade do ensino regular, com os cursos de Ensino Fundamental e na modalidade de EJA (Educação de Jovens e Adultos). No Ensino Fundamental a escola se compõe de 510 crianças matriculadas, 28 docentes, 20 crianças com NEEs e 7 cuidadoras. Ao todo são 22 turmas de 1º ao 5º ano.

De posse destes dados o trabalho teve início, levando em consideração, também, o olhar da pesquisadora sobre o ambiente escolar, os agentes sociais, sua dinâmica, cotidiano, e, sobretudo, como ocorriam as discussões e a vivência sobre as relações étnico-raciais.

Foram participantes, 18 alunos e 1 professor, referente a uma sala de aula de 5º ano. Assim, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados:

observação das aulas, questionários e a prática dos desenhos. De uma forma mais ampla, solicitou-se aos professores do período da tarde que, também, respondessem um questionário. Os questionários foram entregues para 9 professores, porém apenas 6 devolveram os questionários para análise.

A sala é composta de muitos alunos com fenótipos da identidade negra, uns mais acentuados, outros menos. Segundo dados dos questionários, 50% se denominaram por pardo. Apenas 2 alunos de 18 se denominaram da etnia/cor preta. Desse público 33,3% se denominou como sendo branco e apenas um aluno se denominou como amarelo.

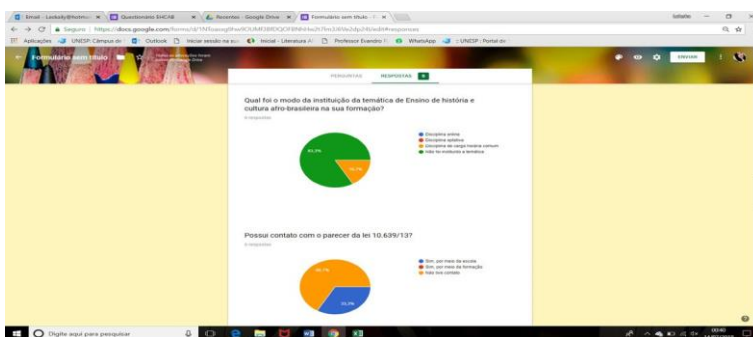
Com base nos questionários todos os professores eram do gênero feminino, no período da tarde havia apenas um professor do gênero masculino. Dos professores que responderam os questionários, eram dois do segundo ano, dois do quarto ano e os outros dois do quinto ano, 50% declararam etnia/cor branca, 33,3% de cor parda e 16,7% de cor amarela.

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NA TEMÁTICA ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Sobre o preparo dos professores para a temática de ensino de história e cultura afro-brasileira na educação 83,3% colocaram não ter sido preparado durante a formação, apenas 33,3% dos professores possuíam contato com o parecer da lei.

Gráfico 1 – Dados referentes ao contato do professor com parecer da lei 10.639/03

Possui contato com o Parecer da lei 10.639/03?



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Em resposta a uma pergunta do questionário, na qual indagava se era função da escola tratar sobre a desconstrução do racismo. Dois professores, sendo eles do segundo ano, responderam que esse assunto era pertinente apenas para alunos maiores.

De acordo com os parâmetros proposto pela prefeitura de Marília, a temática se insere apenas no quinto ano, sem dúvida isso interfere diretamente nas práticas dos professores que são levados a seguir parâmetros e padrões de conteúdo, porém a vivência entre as crianças podem gerar situações de racismo, que muitas vezes podem ser negligenciadas pelos professores, por não ser conteúdo curricular referente ao seu ano.

No parecer da lei, existe um tópico que designa sua disponibilidade para todos os professores, de todos os níveis de ensino, de diferentes disciplinas e atividades educacionais, assim como também para outros profissionais e que a escola como instituição social deve estar assegurada o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá a educação se posicionar politicamente, contra toda e qualquer forma de discriminação.

Cabe ressaltar que “a luta pela superação do racismo e da discriminação é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política.” (BRASIL. Parecer CNE/CP 003/2004, p. 7). Ou seja, independente do ano escolar ministrado pelo professor, principalmente por se entender que esse conteúdo não pode ter uma visão sistemática, pois ele abrange uma valorização, que foi retirada historicamente e abrange o respeito a determinado povo que foi e ainda é desrespeitado em nossa sociedade.

PERSPECTIVAS DOS ESTUDANTES SOBRE A TEMÁTICA

As perguntas dos questionários utilizados com as crianças tiveram o intuito de anteciper os conhecimentos que os alunos possuíam sobre a temática.

Pergunta 1: “O que é ser negro?” foi inserida, a fim de propor respostas, referente ao contato que os alunos possuíam com o termo negro, foi perceptível que muitos não tinham o hábito de utilizar, e isso ainda é muito comum até mesmo entre adultos, entre as crianças a utilização do termo causava significativo desconforto.

- Oito alunos responderam usando o termo, normal;
- Cinco alunos referiram ao negro com um adjetivo positivo: um desses alunos escreveu que “negro não é uma cor e sim uma raça”, é importante notar que esse aluno, se expressou de forma crítica, o que deu a entender que reflete sobre o termo, que cabe lembrar, foi significado depois pelos movimentos negros, pois antes tinha

uma conotação negativa na sociedade, porém nos é impossibilitado saber se o aluno inseriu a frase com um sentido negativo ou positivo. Alguns alunos colocaram que o negro é bonito, gentil, bom e falaram sobre a igualdade em ambas as cores. Um aluno colocou a frase “o negro é meu amigo”;

- Quatro crianças citaram o racismo, relataram que essas pessoas são ofendidas ou passam por racismo. Alguns deixaram subentendidos que chamar a pessoa de negro pode ser uma ofensa. Um desses alunos respondeu: “Sem ofensa, alguns acham feio ele próprio, tem gente que fica chamando a pessoa de negra e a pessoa não gosta, aí quando passam alguns anos ela se acha feia, isso acaba com a pessoa”. Uma outra aluna escreveu que se fosse negra, não teria vergonha, pois é comum encontrar pessoas negras, um desses alunos escreveu apenas a palavra racismo, e outro defendeu que não é legal ofender nem negros e nem brancos e o último, colocou a expressão café com leite.

Pergunta 2: Anteriormente vivenciou ou presenciou o racismo na sua sala de aula ou na escola? Pediu ajuda para alguém, explique como foi?

- Apenas duas crianças responderam que não passaram e vivenciaram o racismo. Três crianças pareceram não compreender o termo racismo, fizeram uma relação do conceito ao *bullying*⁵, citaram que já foram chamados de “branquelos”, “orelhudos”, “castor” e “dumbo”;
- Treze alunos, argumentaram terem vivenciado racismo, nenhum argumentou ter sofrido ou passado pelo racismo. A maior parte das vivências do racismo foi causada na escola e sala de aula, com amigos e colegas de classe. O restante foi por meio da família, na rua e alguns colocaram como exemplos casos retratados na televisão, por meio de novelas e filmes.
- Pergunta 3: O que você acha sobre o racismo em nossa sociedade?
- Quatro alunos argumentaram sobre igualdade em suas respostas;
- Seis, argumentaram que atos de racismo é feio. Um aluno respondeu: “Não pode xingar eles”, Essa criança assinalou cor/ etnia preta;
- Quatro alunos não compreenderam a pergunta e alguns responderam uma outra pergunta, “o que era o racismo”, respondeu: “o racis-

5 Palavra de origem inglesa, adotada em muitos países para definir o desejo consciente e deliberado de maltratar uma outra pessoa e colocá-la sob tensão; termo que conceitua os comportamentos agressivos e anti-sociais, utilizado pela literatura psicológica anglo-saxônica nos estudos sobre o problema da violência escolar. (FANTE, 2005)

mo em nossa sociedade é várias pessoas chingando a outra só porque ela é negra”. Uma criança escreveu que racismo é muito chato por que as pessoas são um pouco preta e duas crianças referiram negativamente ao termo preto e negro, induzindo que chamar as pessoas com esses termos podem ser considerado racismo. Um deles escreveu: “Eu acho que é feio que chamem os outros de negro”

DESENHOS (ETAPA I)

O desenho é um instrumento muito utilizado por pesquisadores que buscam diferenciar suas técnicas de pesquisas e transformar desenhos infantis em documentos históricos, nas quais posicionam as crianças como protagonistas de suas próprias histórias, portanto podemos considerar se tratando de uma pesquisa com crianças, a inserção da prática dos desenhos como um meio de livremente os alunos expressarem suas respostas. Foi utilizado como referência, os trabalhos de Marcia Gobbi, a qual afirma que os desenhos infantis, como documentos nos permitem saber mais acerca destes sujeitos e possibilitam conhecer suas percepções de realidade.

A atividade do desenho, denominada etapa I, foi realizada após o questionário, não foi argumentado detalhes sobre essa etapa, principalmente para não ocorrer possíveis interferências nos desenhos. Foi proposto que as crianças realizassem uma ilustração sobre suas visões do negro em sociedade. Vale ressaltar que antes da realização da atividade foi explicado o trabalho e os alunos já haviam entrado em contato com a temática por meio do questionário.

Fizemos a atividade na biblioteca para isso os alunos foram retirados em grupos da sala de aula, assim que um grupo finalizava as atividades, um novo grupo iniciava, seguindo os mesmos procedimentos.

Foi possível perceber que muitos alunos ficaram confusos na temática do desenho e se apresentaram resistentes para sua realização, isso pode ter ocorrido pela falta de costume de receber temas na realização de desenhos. Podemos considerar também a problemática e muitas vezes a banalidade do desenho no ambiente escolar, partindo da ideia que são poucos os professores que priorizam essas práticas em suas metodologias, o que de certa forma tornam os alunos inseguros e resistentes em sua realização.

Por meio de um diálogo durante o desenho foi possível perceber que 5 de 18 alunos argumentaram ter estudado sobre a história do negro em nosso país. Alguns alunos argumentaram saber sobre a África por meio da escola e até mesmo de casa, a partir da leitura de livros. Mas, foi possível observar que a maior quantidade dos alunos da turma tiveram muitas dúvidas até mesmo relacionada ao significado do termo negro.

1: Desenho 1



Fonte: Fotografia Laleska Cabral

Imagem 2: Desenho 2



Fonte: Fotografia Laleska Cabral

AULAS COM A TEMÁTICA ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Após a Etapa I dos desenhos com os estudantes foram feitas a observação de 4 aulas da temática do trabalho. Os gestores da escola confirmaram a utilização dos parâmetros definidos pela secretaria municipal, porém durante as observações o professor responsável pela turma deixou claro que estava inserindo a temática devido ao trabalho. O Projeto Político Pedagógico foi utilizado para verificação de dados e no intuito de verificar a existência de projetos, relacionados com a temática, a qual foi observado a inexistência.

Na primeira aula observada, a professora introduziu os alunos a um texto, é possível que alguns dos alunos já tivessem obtido contato com alguns dos

temas inseridos, porém foi possível visualizar que o excesso de conteúdo deixaram os alunos perdidos. Ficou evidente que o material deva ter sido montado para abordar os objetivos do trabalho, além de estar sem fonte, o texto era composto de um único parágrafo, contendo muitas informações sobre o assunto.

O texto utilizava de diversos termos para abordar os negros, como negros, africanos, negros africanos e escravos. O termo escravo foi utilizado tanto no texto como pela professora, e sobre isso abrangemos como entendimento que “dizer que o negro foi escravo pode ser entendido, e geralmente o é, como todos os negros, em todas as partes, em todas as épocas, foram escravos. Fica subtendido ser condição *natural* ser escravo. Ocorre a compreensão do não dito, que o branco não foi escravo. (JUNIOR, 1996, p. 151, grifos do autor).

Ficou explícito pelo texto e pela condução da professora do material que o objetivo era inserir de forma rápida, os conceitos e temas básicos da temática, como: período histórico, a capoeira como centro da inserção da cultura e o protagonismo negro na história com Zumbi do Palmares, poucos alunos se familiarizavam com a importância de Zumbi para o período histórico, diferente de como sabiam com toda certeza sobre a princesa Isabel.

De fato o texto abordava diversos assuntos importantes para a constituição do ensino de história e cultura afro-brasileira, porém os assuntos não foram assimilados. Foi observado que de acordo com a condução da aula, o objetivo principal de todos aqueles conteúdos citados no texto se fundamentavam em introduzir a problemática da questão do preconceito racial⁶, que como já mencionado nos questionários respondido pelos alunos, existia uma forte relação com o termo *bullying*, o que de fato se tornou mais explícito durante as aulas, visto que não eram apenas os alunos que realizavam essa relação.

Refletindo sobre as questões étnico-raciais a professora discutiu com os alunos sobre suas raízes, que também podiam estar ligadas aos negros escravizados, inculcando a ideia de identidade, porém sem possibilitar uma discussão mais abrangente, isso deixou os alunos mais confusos, a qual podemos levar em consideração também as dificuldades em responder os questionários no campo de cor/etnia, escutar a frase que muitos deles tinham “um pezinho na senzala”, possa ter ampliado ainda mais essa dúvida, não era intenção da professora abordar o assunto da identidade, assim como podemos considerar imprescindível para a temática, a intenção estava em apresentar para a sala a grande existência de fenótipos da negritude no interior escolar, cabe ressaltar que em mais de 50% dos alunos da sala, ou seja essa temática se fazia muito pertinente para o contexto.

Na segunda aula foi entregue uma ficha, cujo título era: “Atividades de leitura e interpretação de texto”. A lei 10.639 foi aprovada com intuito de ser

⁶ O preconceito é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, de uma religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro. (MUNANGA, 2016, p. 181)

ministrada no âmbito de todo currículo escolar, sendo mais específicas nas áreas de Educação Artísticas, Literatura e Histórias Brasileiras, um trabalho interdisciplinar é interessante em amplos sentidos e devem ser inseridos na educação, no entanto a interpretação de texto aparentou ser o objetivo principal da aula.

Novamente surgem os vocabulários equivocados, que para os alunos são inseridos de forma natural, durante a aula um aluno utilizou o termo “xingar de negro”, os termos tinham sido inseridos pelos alunos também nos questionários, a professora não interveio e não comentou sobre a frase, mas é evidente o desconhecimento e a pouca utilização do termo pelos alunos. No parecer da lei existe uma parte que a autora argumenta sobre os principais equívocos na construção dessas pedagogias que diz respeito as práticas e ações dos professores.

Na terceira aula a professora escolheu um vídeo para passar para os alunos na sala de informática, anteriormente ela informou na sala de aula que seria sobre racismo. A sala de informática possui muitos equipamentos de computadores, cadeiras suficientes para os alunos e tinha também um profissional responsável pela sala. Os alunos se sentavam em duplas e alguns sozinhos nos computadores.

Para o vídeo a professora solicitou o data show, porém após a procura, o profissional descobriu que não seria possível utilizar o equipamento, pois este seria utilizado pelos gestores em uma reunião no período da noite. A professora ficou com muita dúvida do que utilizaria para passar o vídeo aos alunos, a solução foi utilizar os fones de ouvidos, porém haviam apenas 3 fones. A ideia da professora foi que de três em três os alunos visualizassem o vídeo, além desses problemas, os fones demoravam a funcionar e outros alunos estavam ainda com dificuldades nas senhas de acesso, que até mesmo o responsável pela informática não sabia auxiliar.

Aos alunos que esperavam pelo vídeo foi solicitado que realizassem um teste de perguntas do projeto de ciência, cujo tema era astronomia, um projeto muito amplo, visto que a escola e a sala de aula estava rodeada de cartazes sobre o tema.

Ao fim da aula faltavam alguns alunos para visualizarem o vídeo e como o tempo da aula de informática já havia se esgotado foram poucos os minutos para discutir sobre o vídeo que representava a questão do racismo pela visão de algumas crianças. Durante a aula, a professora estava preocupada com a presente pesquisa, a fim de possibilitar a visualização do vídeo para a pesquisadora e não para todos os alunos.

Existia um projetor para utilização e para proporcionar facilidade para aula, porém existia também um certo descompromisso com os principais sujeitos de uma escola, que são os próprios alunos, que nesse momento estavam sendo colocados como segunda opção. Esse acontecimento expressa além de uma irregula-

ridade da escola, um descompromisso com as responsabilidades incumbidas no parecer, a qual expressa:

Garantia, pelos sistemas de ensino e entidades mantenedoras, de condições humanas, materiais e financeiras para execução de projetos com o objetivo de Educação das Relações étnico-raciais e estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim como organização de serviços e atividades que controlem, avaliem e redimensionem sua consecução, que exerçam fiscalização das políticas adotadas e providenciem correção de distorções. (BRASIL. Parecer CNE/CP 003/2004, p. 15)

Novamente foi possível notar diante do problema ocorrido, o aproveitamento da aula de História para outra disciplina, quando a primeira opção da professora foi optar por uma temática de outra disciplina e mais uma vez a prática da professora esteve presente no contexto das relações étnico-racial. O que de fato demonstra que a pesquisa destinou muitas influências com essas questões da temática.

Na última aula observada os alunos ainda não assimilavam a separação dos termos: racismo e *bullying*. Além do mais o texto proposto pela professora abordava diversas histórias de crianças, sejam elas de *bullying* e racismo, o que de fato tornou ainda mais difícil a aprendizagem das questões históricas de ambos os termos. Vale lembrar que em nenhuma das aulas os termos foram explicados e discutidos.

DESENHOS (ETAPA II)

A Etapa II dos desenhos foi realizada após as observações das aulas, com os mesmos procedimentos, os alunos saíam da sala em grupos de 5 crianças, e realizavam a atividade em uma outra sala. Antes de dar início a atividade dos desenhos foi realizado uma conversa e uma retomada dos conteúdos tratados em aula, a proposta da atividade era que eles ilustrassem suas visões da população negra com relação ao que mais marcou sobre os conteúdos discutidos nas aulas nesse período.

A segunda etapa foi mais difícil com base na importância que os alunos estavam propondo para a atividade com os desenhos, que pode ter sido considerada por eles como repetida, ou seja os alunos que disponibilizaram um grau elevado de importância na primeira etapa, não demonstraram por igual na segunda.

Imagem 3: Desenhos Etapa I e Etapa II



Fonte: Fotografia Laleska Cabral

Imagem 4: Desenhos Etapa I e Etapa II



Fonte: Fotografia Laleska Cabral

As principais respostas observadas durante a Etapa II é a respeito da centralização de toda a temática para apenas uma visão histórica (período escravidão) e de preconceito racial. O termo *bullying* foi a principal resposta da pesquisa, os desenhos responderam que além de uma confusão entre os termos, há também a denominação de contextos de preconceito racial como sendo apenas *bullying*.

CONCLUSÃO

Este trabalho nos permite refletir do quanto as escolas têm um lugar privilegiado com relação a inserção da temática de ensino de história e cultura afro-brasileira na vida dos alunos, sendo assim são incumbidas a elas uma responsabilidade significativa no que se refere as perspectivas e visões que este ensino possibilitam aos alunos. O trabalho objetivou investigar como a lei 10.639/03 tem se inserido no cotidiano escolar em relação à educação étnico-racial, além das observações das aulas e da análise dos dados dos instrumentos do trabalho.

Iniciamos o trabalho com a perspectiva de que a formação de professores para a lei 10.639/03 se insere com um papel fundamental para concretização dos seus objetivos, pelos resultados obtidos durante o trabalho, foi possível observar que os modelos de formação de professores possuem uma relação muito direta com as visões que são possibilitadas aos alunos, por meio da temática, visto que exige do professor ampla reflexão e criticidade.

Com base em uma etapa destinada para averiguar a formação dos respectivos professores do estudo, podemos verificar pelos dados que são mínimos os contatos dos professores com o parecer, resultando apenas 33,3%, a qual tiveram o contato por meio da escola. Porém podemos considerar mais alarmante os dados referente a formação da temática, 83,3% responderam não ter se formado para a temática, e os que foram formados para a temática, por meio de disciplina comum, não tiveram o contato com o parecer da lei. Não foi inserido ao questionário, pergunta referente ao ano de formação, a qual consideramos que se constituiria de uma informação importante para ser refletida com os dados.

É muito provável que os objetivos e a temática de forma integral dependem muito da formação, da reflexão e da crítica do professor, por isso se torna muito difícil que esse conteúdo a ser trabalhado esteja afastado de equívocos, visto que trabalha em conjunto com a subjetividade do mediador, a qual direciona também seus objetivos.

Concluimos durante o trabalho que uma temática bem instituída dependeria de uma formação de professores crítica e reflexiva com um contato completo do parecer da lei 10.639/03, a qual principalmente possibilitasse a eles realizar análises e reflexão dos suportes utilizados e proporcionassem conhecimentos dos termos e conceitos, além do auxílio da escola e da equipe gestão. Sendo assim para instituição da temática existe um desenvolvimento integral e complexo de muitas frentes, a qual infelizmente não se faz presente em nossos sistemas de ensino, mesmo diante de uma lei instituída nas diretrizes de ensino.

O estudo de campo do trabalho foi desenvolvido com base nos Parâmetros Municipais da Prefeitura do Município de Marília, a qual insere a temática “Os trabalhadores africanos escravizados no Brasil”. Com base o parecer da lei 10.639/03 podemos considerar o título escolhido para a composição da temática do parâmetro, como sendo insuficiente, levando em consideração os seus objetivos de compor uma demanda de políticas de reparações, reconhecimento, valorização da história, cultura e identidade, o título mesmo que inserido com outras temáticas, reforça a ideia dos africanos apenas como trabalhadores e nos leva a entender que esse conteúdo é o mais importante a ser trabalhado com os alunos. Tendo em vista principalmente as nossas velhas e atuais problemáticas é imprescindível que haja a inserção da temática de forma adequada, temática que por tanto tempo, foi afastada e deixada como segunda opção.

Foi observado no primeiro momento do trabalho, por meio dos questionários, as dificuldades dos alunos de reconhecerem suas cores/etnias, podemos considerar que não é habitual para as crianças responderem perguntas relacionadas com suas identidades, e quando aparecem nas formalidades, não cabem espaços para reflexão.

Sobre as constantes dúvidas dos alunos em relação as suas identidades, incompreensão do uso de termos e conceitos, não existiu uma intervenção pedagógica, por meio do papel da professora, a qual esteve ciente sobre todas essas problemáticas. Durante o estudo foi possível detectar além da falta de preparo da professora com a temática, o uso de fichas de caráter interpretativo, confusas e carregadas de informações e também a realidade de muitos professores com relação a falta de suporte da escola e da equipe gestão.

Com base nas aulas os conteúdos relacionados à temática de ensino de história e cultura afro-brasileira estiveram todos inseridos em uma mesma aula, os quais foram discutidos por meio de um único texto, carregado com as mais variadas informações. As aulas seguintes estiveram todas embasadas com a temática de relações étnico-raciais, a qual é também um dos principais objetivos do trabalho, observar as possíveis relações étnico-raciais em sala de aula, tendo como base que isso era de conhecimento da professora, acreditamos na possibilidade de uma interferência.

Trabalhar com relações étnico-raciais não parte apenas da ideia de instituir as problemáticas das relações entre as coletividades e “tentar” convencer os alunos de que somos todos iguais e que devemos respeitar nosso próximo, assim como foi possível observar nas aulas, em que não estavam inseridas com um encaminamento histórico, científico e sim apenas de moral e se assemelhavam muito aos projetos da temática de *bullying* instituídos nas escolas

O conceito *bullying* durante o trabalho esteve presente nas três etapas do estudo de campo, sendo no primeiro momento por meio dos questionários, nas etapas dos desenhos e durante as aulas, sendo assim os alunos tinham muitas dúvidas com base nos termos e conceitos de racismo e preconceito e os confundiam com o conceito de *bullying*. Isso ficou evidente por meio das observações das aulas, quando a professora também designava as misturas dos conceitos.

Foi perceptível por meio dos desenhos iniciais que as visões dos alunos com relação a população negra estava presente em contextos amplos, alguns negativos e outros positivos, apareceram pequenas visões relacionando o negro ao período de escravidão e ao preconceito, porém essas visões se acentuaram mais, após as aulas, em que foi possível verificar uma centralização das visões dos alunos que se fundamentaram nos temas: período da escravidão, *bullying* e preconceito racial.

Na etapa II dos desenhos não foi esperado que um número elevado de alunos fossem representar o período de escravidão, visto que este conteúdo foi inserido apenas em uma aula, seis alunos no total, três com a concepção do negro escravizado e três com base no período de resistência, por meio dos Quilombos, porém nenhuma das temáticas utilizadas nos desenhos pelos alunos, ultrapassaram a inserção do conceito *bullying*, a qual foi denominado como o resultado principal do trabalho.

Posto isto os estudos apontam para a necessidade de se repensar a formação do professor e organizar o processo de ensino e aprendizagem sobre a história da cultura afro-brasileira e sua contribuição para compreensão da nossa realidade social e política e na construção de uma educação antirracista.

REFERÊNCIAS

- ALGARVE, Valéria Aparecida. **Cultura Negra na Sala de Aula: Pode um Cantinho de Africanidades Elevar a Auto-estima de Crianças Negras e Melhorar o Relacionamento Entre Crianças Negras e Brancas.** 271 p. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Federal De São Carlos, UFSCAR, São Carlos, 2004.
- ALVES, Alexandre. OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. BORELLA, Regina Nogueira. **Ligados com História.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BRASIL. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Lei Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.639-2003?OpenDocument Acesso em: Jan. 2018.
- BRASIL. PARECER CNE/CP 003/ 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino De História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Conselho Nacional de educação/ CP, aprovado em 10/03/2004.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. As estratégias de combate ao racismo. Movimentos negros na escola, na universidade e no pensamento brasileiro. In: MUNANGA, Kabengele. (org.). **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial.** São Paulo: USP, 1996.
- E.M.E.F Profº Antônio Moral. **Projeto Político Pedagógico,** 2017.
- FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** 2. ed. Campinas: Verus, 2005
- FAZZI, Rita de Cássia. **O drama Racial de Crianças Brasileiras.** 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GIL, Carlos Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** Atlas S.A., 1999.
- GOBBI, Márcia. Desenho infantil e oralidade: instrumentos para pesquisas com crianças pequenas. In: PRADO, P. D.; DEMARTINI, Z. B. F.; FARIA, A. L. G. (Org.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças.** Campinas: Autores Associados, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**, Brasília: Educação para todos, 2005.

_____. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GRUPO elabora manifesto e amplia discussões. **Jornal da Manhã**, Marília, 6 Jun. 2017. Disponível em: <http://jornaldamanhamarilia.com.br/exibe.php?id=7481> Acesso em: Out. 2018.

MARCONDES, Dal. Negros são maioria entre população mais pobre no Brasil. **Instituto Envolverde**. São Paulo, 6 Jun. 2017. Disponível em: <http://envolverde.cartacapital.com.br/negros-sao-maioria-entre-populacao-mais-pobre-no-brasil/> Acesso em: Out. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SEF. **Guia de Livros Didáticos** – PNLD, Brasília: MEC/SEF, 2001.

MUNAKATA, Kazumi. O Livro Didático e o Professor: Entre a Ordoxia e a Apropriação. In: Monteiro, Ana Maria et.al. (org). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. S/ed. Rio de Janeiro: FAPERI/Manad 2007.

MUNANGA, Kabengele. (org.). **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: USP, 1996.

_____. **Negritude: Usos e sentido**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de Hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

_____. (Org.). **Superando o racismo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Proposta curricular para o 4º e 5º anos do ensino fundamental**. 2012.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**, Brasília: Educação para todos, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SILVA, Ana Celia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Edlene Oliveira. **Relações entre Imagens e Textos no Ensino de História**. Revista de História. João Pessoa, jan/jun. 2010.

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da. Africanidade e religiosidade: uma possibilidade de abordagem sobre as sagradas matrizes africanas na escola. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**, Brasília: Educação para todos, 2005.

RIBEIRO, Ronilda. Ação educacional na construção do novo imaginário infantil sobre a África.
In: MUNANGA, Kabengele. (org.). **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: USP, 1996.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas bases para o ensino da história da África no Brasil.
In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**, Brasília: Educação para todos, 2005.

Submetido em: 14/09/2020

Aprovado em: 15/09/2020